

BOLETIM DE ENERGIA



Acompanhamento
do SIN



PLD
Preço de Liquidação
das Diferenças



Notícias do
Setor



Próximos
Eventos

Julho de 2018
5ª semana operativa

Pág. 4

**Acompanhamento do SIN
Consumo – Ramo
Atividade**



Pág. 3

**Acompanhamento
SIN
Consumo**

Pág. 5

**Acompanhamento do
SIN
Geração**

Pág. 7 - 8

**Acompanhamento do SIN
Carga**

Pág. 10 PLD



Pág. 6

**Acompanhamento do SIN
Balanço Energético**



Pág. 9

Armazenamento do SIN

Pág. 12

Noticias do Setor

Pág. 31

Próximos Eventos

Pág. 24

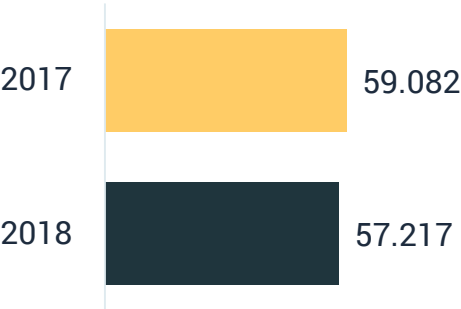
**Matéria Especial
MUDANÇAS NO
ENQUADRAMENTO DE**





DADOS - INFOMERCADO SEMANAL | CCEE

Análise dos dados de 1 a 30/07/2018 comparados com o mesmo período de 2017

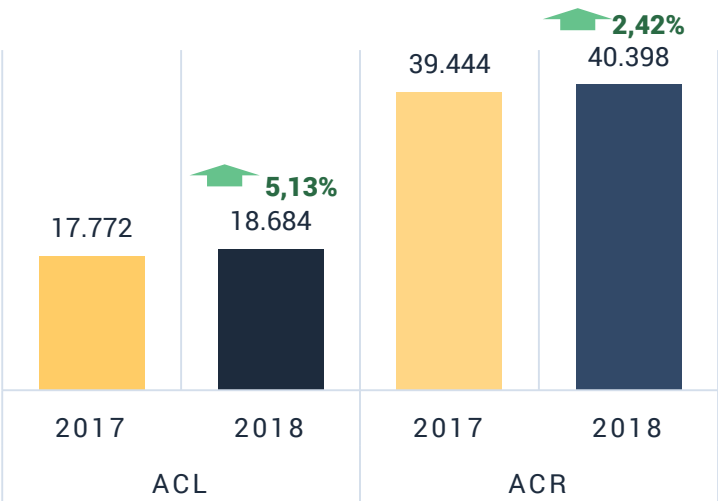


O consumo registrou aumento de 3,8%. Crescimento influenciado pelas altas temperaturas observadas no sudeste em relação ao mesmo período do ano anterior.

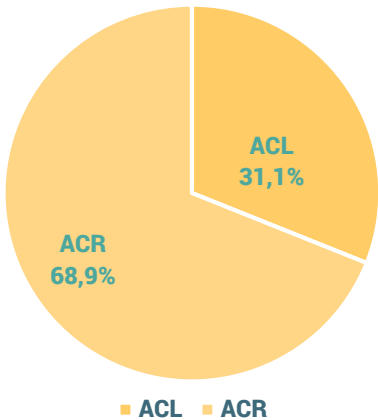
O Ambiente de Contratação Regulada – ACR apresentou aumento no consumo de 2,4%, considerando a mudança de clientes cativos para o Ambiente de Contratação Livre – ACL. Excluindo o impacto das migrações, o ACR registrou aumento de 3,6%.

O ACL teve aumento de 5,1%. Eliminando o impacto da migração de novas cargas, o ACL apresentou crescimento de 2,5%. Os consumidores livres apresentaram aumento de 2,4% e os especiais registraram crescimento de 12,3%, influenciados por esta migração. Suprimindo tal efeito, observa-se elevação de 1,5% para os livres e de 2,9% para os especiais. Os autoprodutores elevaram o consumo em 6,3%.

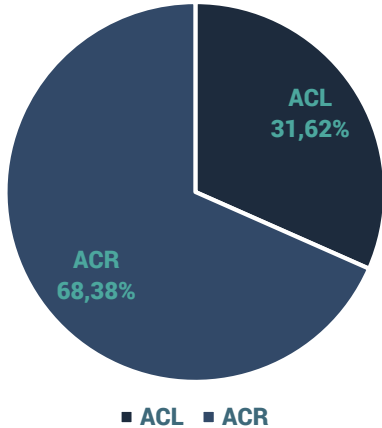
CONSUMO POR AMBIENTE



Representatividade ACL x ACR 2017



Representatividade ACL x ACR 2018





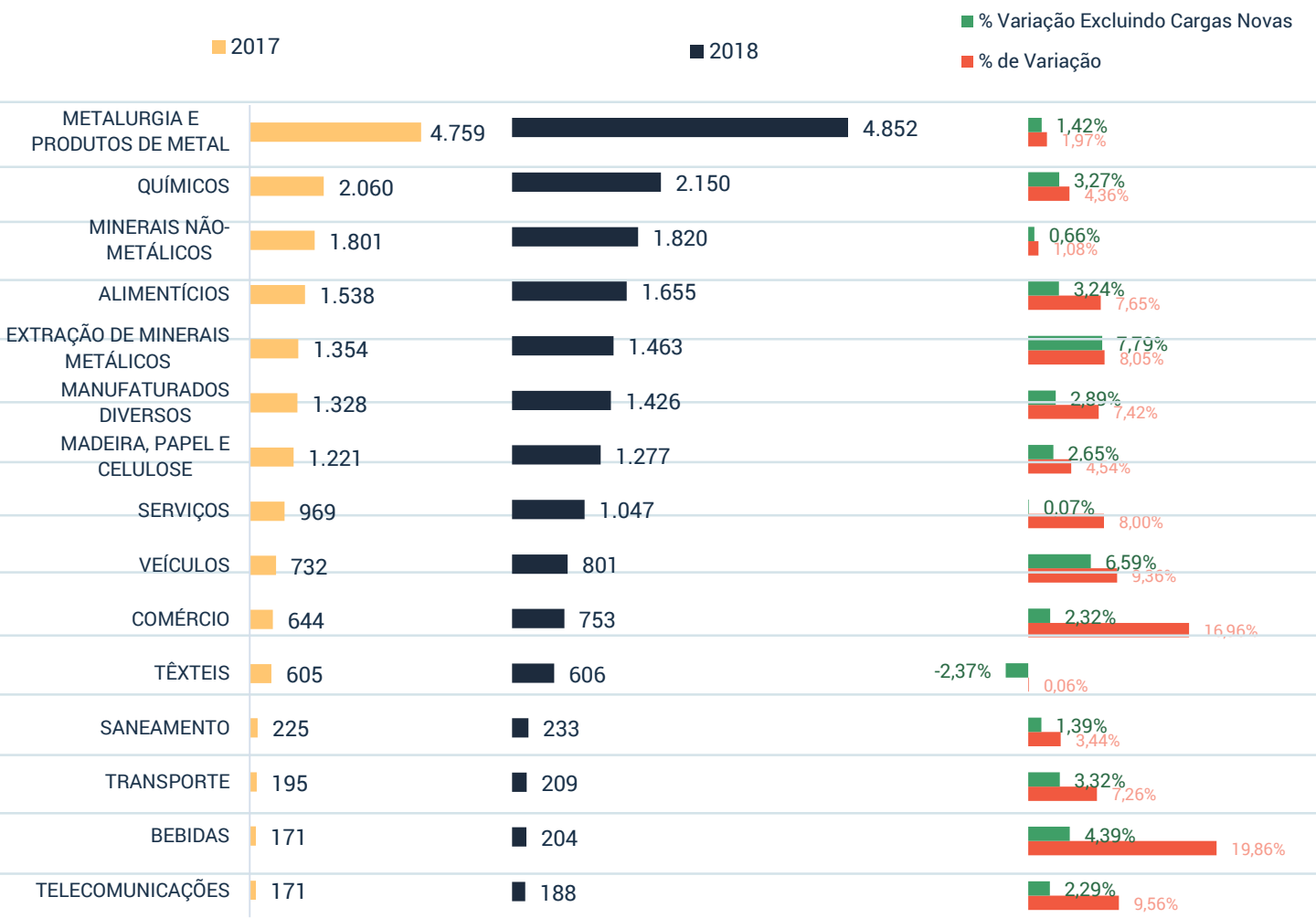
DADOS - INFOMERCADO SEMANAL | CCEE

Análise dos dados de 1 a 30/07/2018 comparados com o mesmo período de 2017

Os segmentos que registraram maior crescimento de consumo, considerando autoprodutores, comercializadores varejistas, consumidores livres e especiais, foram: bebidas (19,86%), comércio (16,96%) e telecomunicações (9,56%). A expansão destes setores está vinculada à migração dos consumidores para o mercado livre. Ao excluirmos a migração para o ACL, verificamos aumento para bebidas de 4,39%, comércio de 2,32% e telecomunicações de 2,29%.

Comparativo de Consumo por Ramo de Atividade – Mercado Livre

Fonte: CCEE InfoMercado Semanal - 186 - 2ª Edição - Julho/2018



Nota: O percentual de variação que exclui as cargas novas, retrata a variação de consumo no Mercado Livre, sem considerar o efeito de novas cargas que migram para o ACL

ACOMPANHAMENTO DO SIN

Geração



Dados preliminares de Julho/2018 comparados com o mesmo período de 2017

Fonte: CCEE InfoMercado Semanal - 186 - 2ª Edição - Julho/2018

A geração registrou um aumento de 3,3%.
A geração das térmicas cresceu 6,5%, devido principalmente ao aumento na produção das usinas termelétricas a carvão mineral (29,4%) e a biomassa (7,8%). As hidráulicas tiveram queda de 0,9% na geração e as usinas eólicas registraram crescimento de 24,1%.



62,5%
Hídrica



22,8%
Térmica



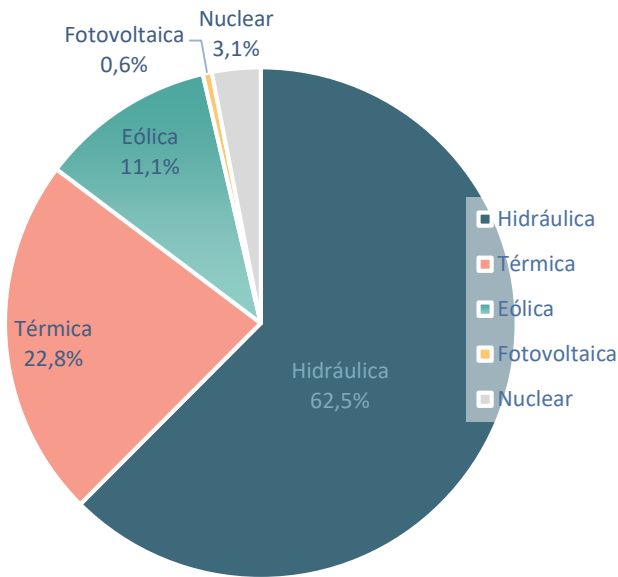
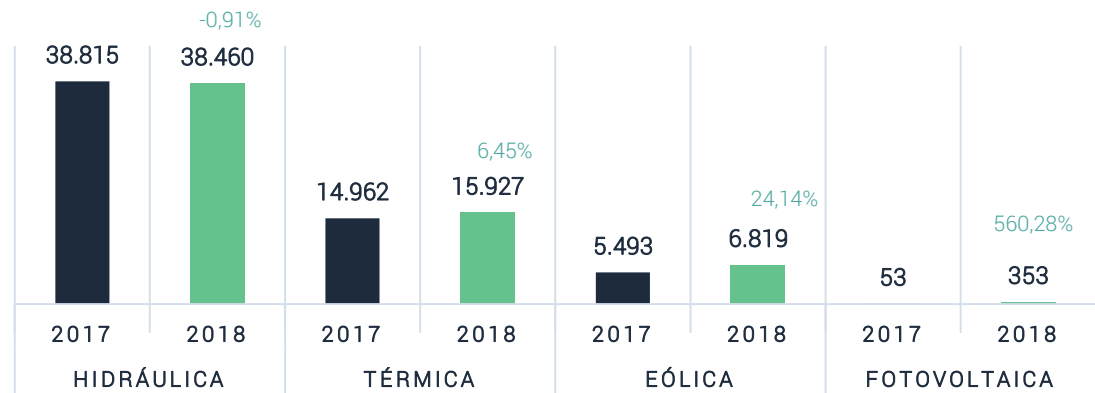
3,1%
Nuclear



11,1%
Eólica



0,6%
Solar

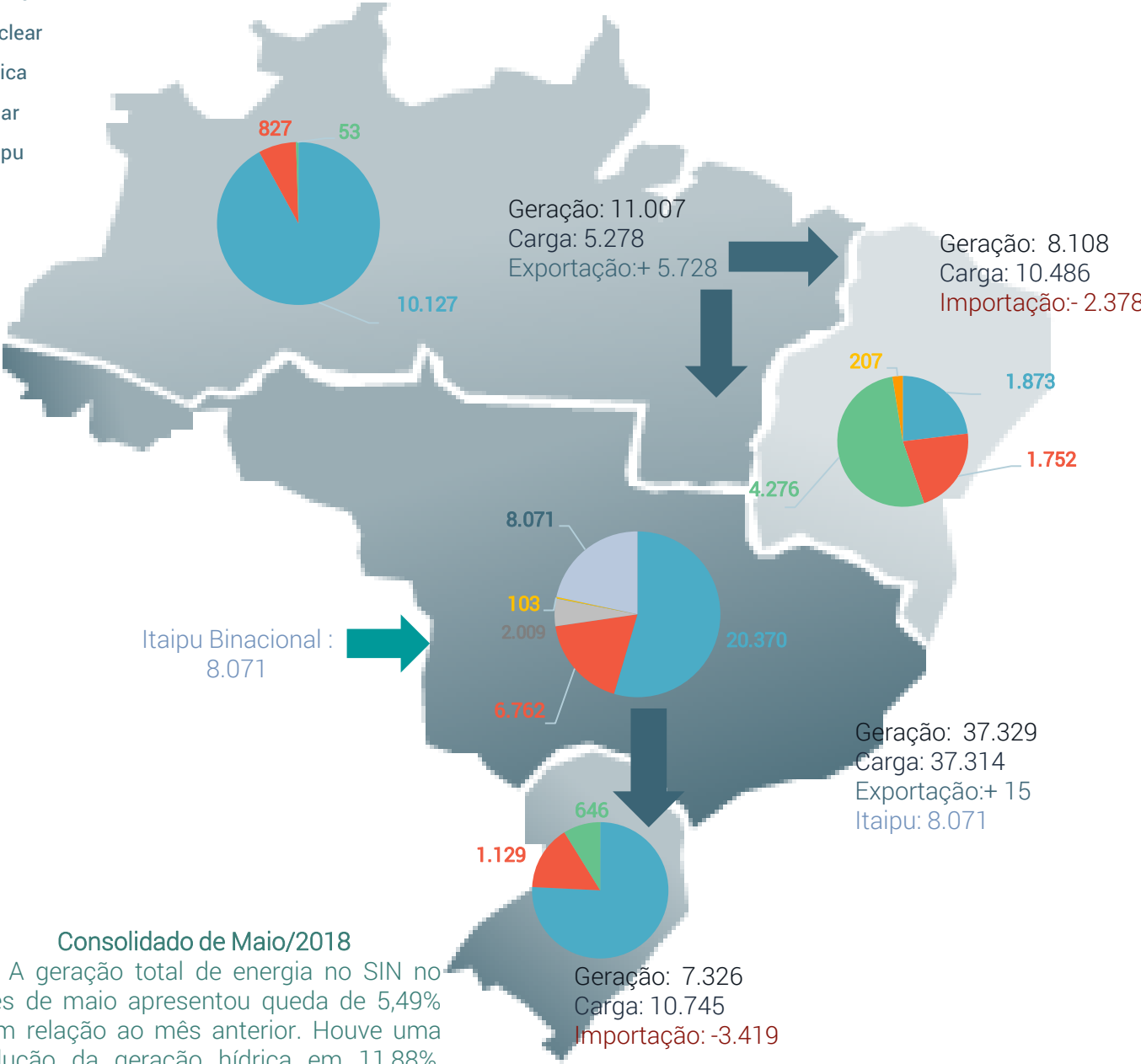




Sistema Interligado Nacional – SIN em MW médios

Balço Energético Consolidado de Maio de 2018

- Hidro
- Termo**
- Nuclear
- Eólica
- Solar
- Itaipu





Acompanhamento da Carga -2ª Revisão Quadrimestral da Carga

Previsão de carga é reduzida para 1,6% em 2018

A 2ª Revisão de Carga, documento elaborado em parceria entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), atualizada a expectativa de **crescimento da carga para 1,6% para 2018, uma redução de 1,4p.p. em relação à expectativa anterior, divulgada em abril**. Os principais motivos para a acentuada queda da projeção foi a reversão brusca das expectativas a partir de maio, com a **diminuição da expectativa do PIB (2,6% para 1,6%)**, a interrupção do processo de redução da taxa de juros e **a situação fiscal e eleitoral** delicada, que podem **eleva**r o risco-país.

O ritmo lento de retomada da economia brasileira impactou também a projeção da demanda de energia a longo prazo. Ao analisar o cenário de 2017 a 2022, o crescimento esperado é de 3,4%, queda de 0,4 p.p. em relação à estimativa apresentada em outubro.

A taxa média anual de crescimento da carga entre 2018 e 2022 está prevista em 3,4% a.a. e a redução em relação à 1ª Revisão Quadrimestral, utilizada a partir do PMO de maio de 2018, foi da ordem de 1.100 MW médio.

Crescimento econômico considerado:

Taxa de Crescimento do PIB (% ao ano)					
Projeção	2018	2019	2020	2021	2022
Planej. Anual 2018-2022	2,6	2,6	2,7	2,8	2,8
1ª Revisão Quad. 2018	2,6	2,6	2,7	2,8	2,8
2ª Revisão Quad. 2018	1,6	2,3	2,7	2,8	2,8

Comparação das previsões

SIN. Projeção da carga de energia (MWmédio)

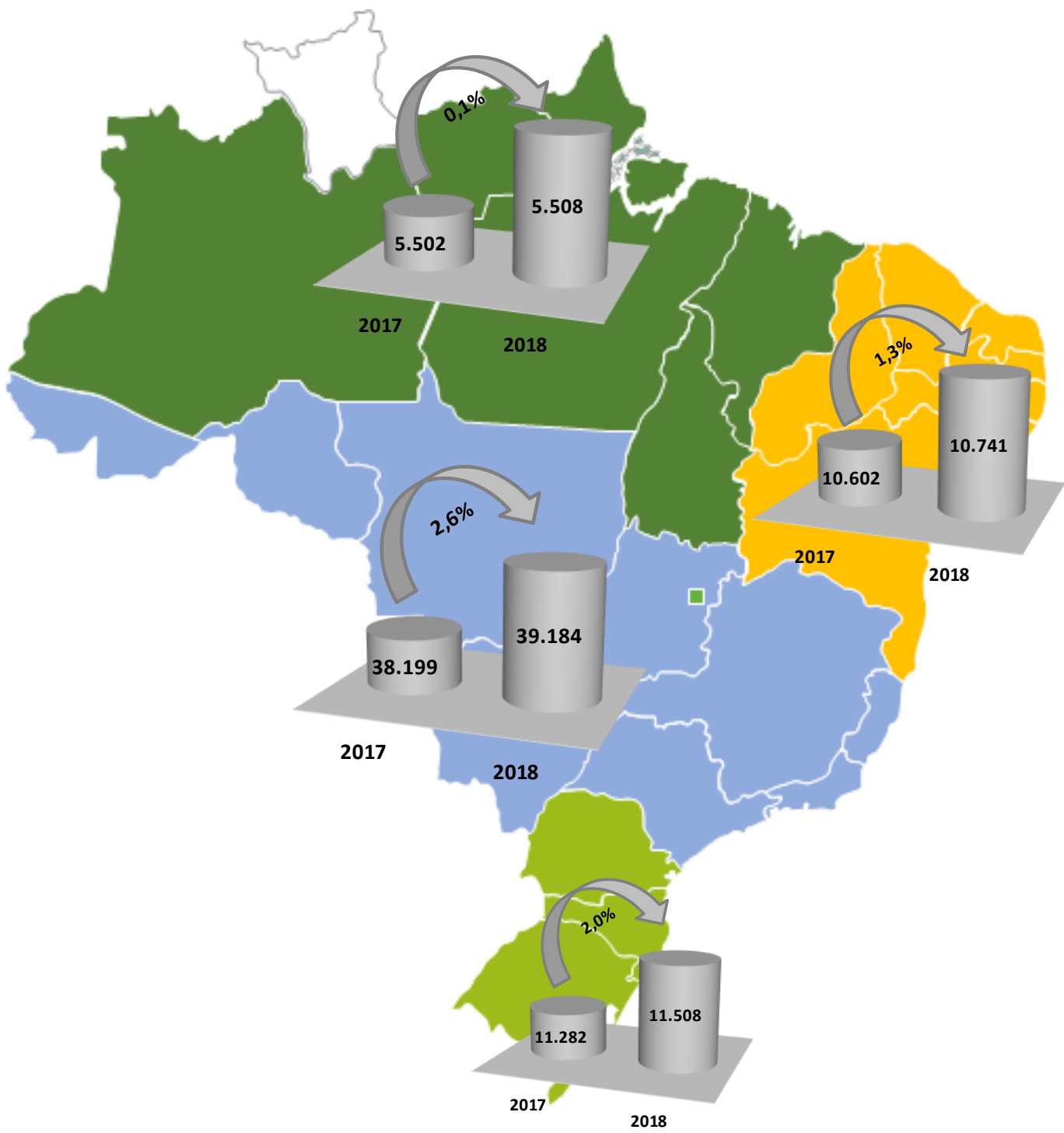
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Planej. Anual 2018 - 2022 [A]	65.567	68.013	70.606	73.271	76.083	79.151
Variação (% a.a.)	1,5	3,7	3,8	3,8	3,8	4,0
1ª Revisão Quad. 2018 [B]	65.585	67.560	70.187	72.832	75.654	78.700
Variação (% a.a.)	1,5	3,0	3,9	3,8	3,9	4,0
2ª Revisão Quad. 2018 [C]	65.585	66.645	69.109	71.718	74.480	77.423
Variação (% a.a.)	1,5	1,6	3,7	3,8	3,9	4,0
[B] – [A]	18	-454	-419	-440	-429	-451
[C] – [B]	0	-914	-1.079	-1.113	-1.174	-1.277
[C] – [A]	18	-1.368	-1.498	-1.553	-1.603	-1.728

ACOMPANHAMENTO DO SIN

Carga



Acompanhamento da Carga MW médios



ARMAZENAMENTO

Reservatórios

Armazenamento %

34,50%

Nordeste

65,31%

Norte

33,48%

Sudeste-Centro Oeste

45,43%

Sul

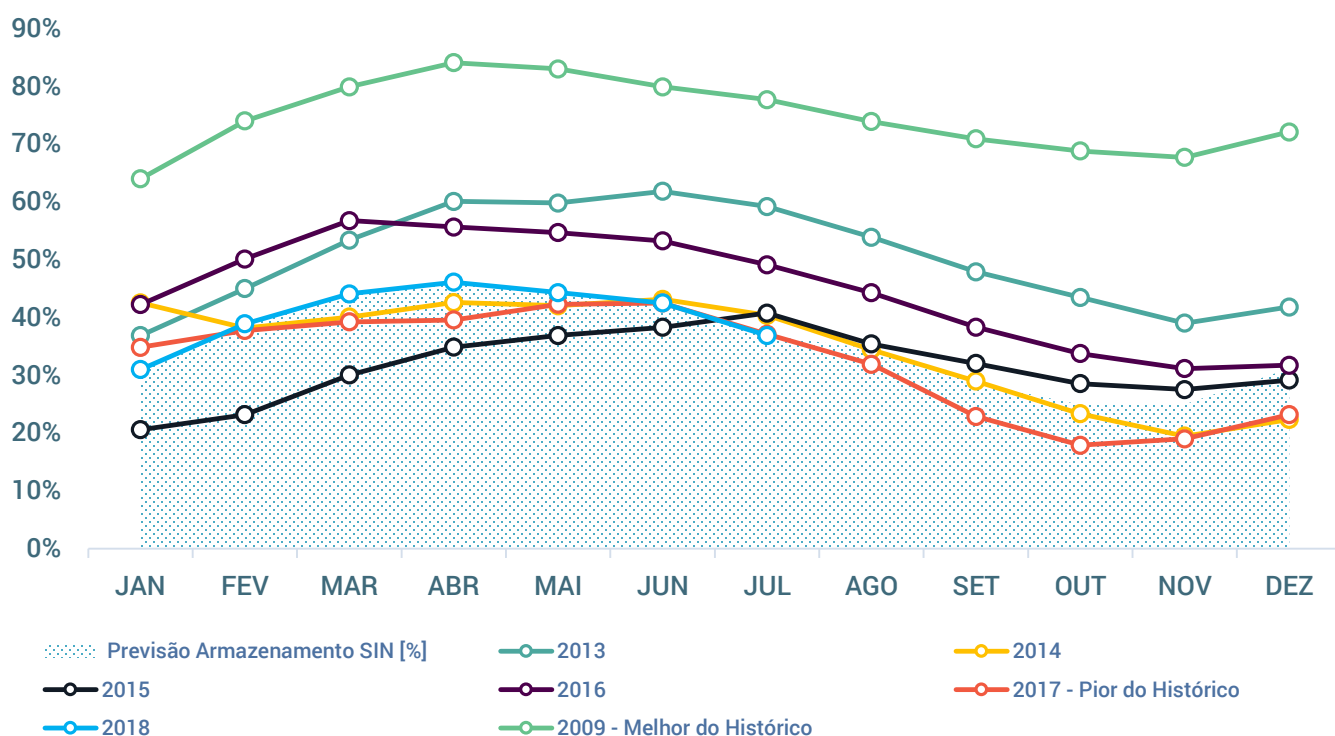
Bandeira de Agosto 2018



A bandeira tarifária para o mês de agosto será vermelha (patamar 2) com custo de R\$ 50/MWh consumidos.

A repetição da bandeira do mês de julho deve-se à manutenção das condições hidrológicas desfavoráveis e à tendência de redução no nível de armazenamento dos principais reservatórios do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Armazenamento SIN[%]





PLD

PREÇO DE LIQUIDAÇÃO DAS DIFERENÇAS



Segunda Semana Operativa de
Agosto de 2018 – PLD válido
de: 04/08/2018 a 10/2018

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE informa que o Preço de Liquidação das Diferenças – PLD para o período entre 4 e 10 de agosto segue fixado em R\$ 505,18/MWh nos submercados Sudeste, Centro-Oeste, Sul, Nordeste e Norte.

A previsão de afluências abaixo da média é o principal fator para que o preço siga no valor máximo estabelecido para 2018.



SE/CO
Sudeste

S
Sul

NE
Nordeste

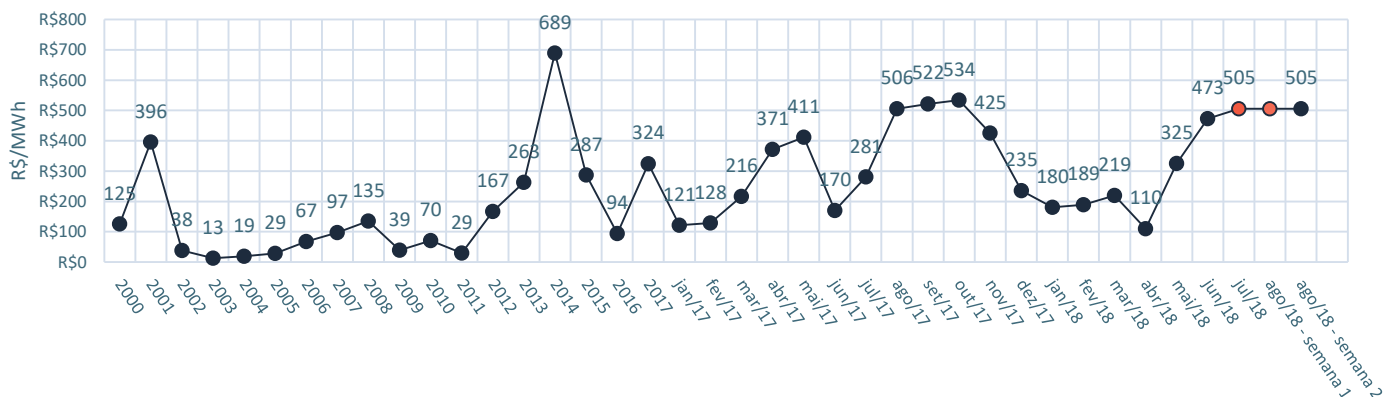
N
Norte

505,18 505,18 505,18 505,18

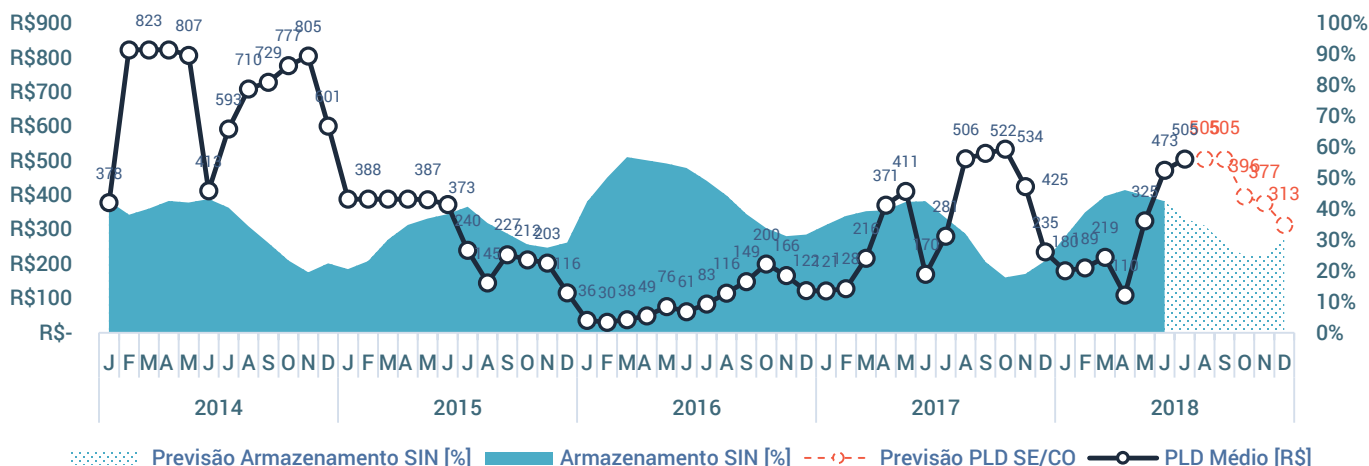
PLD - Última Publicação

	SE/CO	S	NE	N
Pesada	505,18	505,18	505,18	505,18
Media	505,18	505,18	505,18	505,18
Leve	505,18	505,18	505,18	505,18
PLD Médio	505,18	505,18	505,18	505,18

HISTÓRICO E COMPORTAMENTO DO PREÇO DE LIQUIDAÇÃO DAS DIFERENÇAS – PLD SE/CO



ARMAZENAMENTO SIN[%] X PLD MÉDIO SE/CO



Notícias do Setor

ECONOMIA

BNDES LIBERA FINAME PARA ENERGIAS RENOVÁVEIS NO FINAL DO MÊS

CEMIG AGENDA LEILÃO EM SETEMBRO PARA COMPRA DE ENERGIA RENOVÁVEL

FIESP: RISCO DE INADIMPLÊNCIA ATINGE 44% DA INDÚSTRIA

BID QUER CRÉDITO PARA INFRAESTRUTURA NO BRASIL ACIMA DE US\$ 500 MI AO ANO

IBGE: PRODUÇÃO DE VEÍCULOS TEM MELHOR DESEMPENHO DESDE 2009

TCU APROVA MEDIDAS DA ANEEL EM RELAÇÃO A ANGRA 3 E À DEVOLUÇÃO DE RECURSOS À CO

CPFL ENERGIA LANÇA CHAMADA PÚBLICA PARA PROJETOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

REGULAÇÃO E EXPENSÃO

MUDANÇAS NO ENQUADRAMENTO DE CONSUMIDORES LIVRES COM DEMANDA SUPERIOR A 3.0
CONECTADOS ANTES DE JULHO DE 1995, EM TENSÃO INFERIOR A 69 kV

BRASIL ATINGE 300 MW EM GERAÇÃO SOLAR DISTRIBUÍDA

BOLA DE NEVE: CRESCE INADIMPLÊNCIA NO MERCADO DE CURTO PRAZO

PROJEÇÃO DO CUSTO DO GSF DISPARA PARA R\$ 39 BILHÕES

PROPOSTA PREVÊ MUDANÇAS NA REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO

REAJUSTES TARIFÁRIOS 2018

MATÉRIA ESPECIAL – REVISÃO ORÇAMENTO CDE 2018

PRÓXIMOS EVENTOS



Notícias do Setor

03 de Agosto
de 2018

BNDES LIBERA FINAME PARA ENERGIAS RENOVÁVEIS NO FINAL DO MÊS

Linha foi aprovada há cerca de 10 dias e vem na esteira da alta demanda pelo Fundo Clima, que esgotou os recursos em dois meses e meio

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social disponibilizará uma nova linha chamada de Finame Energias Renováveis. Esse produto foi aprovado há cerca de 10 dias e chegará ao mercado no dia 31 de agosto para financiar máquinas e equipamentos que estão na lista CFI da instituição de fomento.

O representante do banco, Gustavo Gimenez, explicou que essa linha veio em decorrência da ótima repercussão do Fundo Clima, cujos recursos se esgotaram em apenas dois meses e meio desde seu lançamento. Ele contou que a demanda superou as expectativas do banco. Dos R\$ 260 milhões, R\$ 85 milhões foram destinados a projetos em máquinas e equipamentos eficientes em 129 operações. Ele não detalhou quantas dessas envolviam a geração de energia, pois o fundo compreende outras modalidades de projetos cuja a meta é a redução dos impactos das mudanças climáticas em vários setores. A maior parte dos recursos foram destinadas a bancos de desenvolvimento. Por enquanto ainda não há perspectiva de novas captações junto ao Ministério de Meio Ambiente para o Fundo Clima para reabrir a linha para o recebimento de pedidos de financiamento que encontra-se suspenso. Gimenez destacou que há conversas que estão sendo mantidas com o referido ministério e que nos próximos meses poderá ocorrer uma suplementação de recursos destinados à linhas regionais como, por exemplo, o BDMG.

Fonte: Canal de Energia (03/08/2018)

IBGE: ENERGIA ELÉTRICA TEVE MAIOR INFLUÊNCIA NA INFLAÇÃO DE JULHO

A energia elétrica subiu menos em julho, mas ainda foi o que mais influenciou a alta do IPCA do período, conforme pesquisa do IBGE. No sétimo mês, a conta de luz aumentou 5,33%, após alta de 7,93% em junho. O impacto desse item foi de 0,20 ponto percentual no IPCA de julho, que subiu 0,33%. Fonte: Valor Econômico – 08.08.2018

Cemig agenda leilão em setembro para compra de energia renovável

A Cemig agendou para 20 de setembro um leilão no qual fechará contratos de 10 ou 20 anos para a compra da produção futura de usinas eólicas e solares, com início de fornecimento em janeiro de 2022, segundo informações no site da empresa. O certame é semelhante a um realizado pela companhia em junho, quando a Cemig fechou a compra da energia de empreendimentos renováveis que somarão cerca de 1,24 GW em capacidade. Os projetos serão entregues em 2022. A primeira licitação surpreendeu o mercado ao oferecer contratos de longo prazo de compra de energia renovável em características semelhantes aos resultantes de leilões para novas usinas de geração realizados pelo governo federal. Com o modelo, a Cemig conseguiu atrair mais de 5 GW em projetos cadastrados para o certame de junho, ou quase 200 empreendimentos. Agora, para o leilão de setembro, a Cemig exige que os candidatos a vendedores tenham habilitado tecnicamente seus projetos junto à EPE neste ano ou que cumpram exigências mínimas. (Folha de São Paulo – 07.08.2018)



Notícias do Setor

03 de Agosto
de 2018

FIESP: RISCO DE INADIMPLÊNCIA ATINGE 44% DA INDÚSTRIA

A reação mais lenta do que o previsto da atividade econômica frustrou expectativas do setor industrial e pode levar a um quadro generalizado de inadimplência nas indústrias paulistas. Segundo pesquisa feita pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) com cerca de 500 empresas, a maior parte do setor tem financiamentos bancários, principalmente para capital de giro. Dentro deste grupo, 44% afirma ter dificuldades em gerar caixa suficiente para quitar as parcelas de seus empréstimos. Realizado entre os dias 10 e 20 de julho, o levantamento aponta que 12,4% das companhias têm dívidas em atraso com instituições bancárias, quadro mais comum em empresas de pequeno e médio porte. Segundo 8,2% dos empresários entrevistados, o número de prestações em aberto é tão grande que as movimentações bancárias em suas contas foram bloqueadas. Para 31,5% das indústrias paulistas, quitar as parcelas de seus empréstimos em dia é uma obrigação difícil. A maioria delas, mesmo não inadimplentes (70,7%), diz ter alguma dificuldade no relacionamento com seu banco. A renegociação de débitos em atraso, no entanto, também não é apontada como tarefa fácil pelos industriais paulistas. Apenas 15,4% das empresas com dificuldades para pagar suas dívidas consideram viável entrar em um refinanciamento com juros acima de 14% ao ano. A Fiesp destaca, porém, que a taxa de juros média para capital de giro ficou em 17,7% ao ano até maio, de acordo com o Banco Central. (Valor Econômico – 07.08.2018)

BID QUER CRÉDITO PARA INFRAESTRUTURA NO BRASIL ACIMA DE US\$ 500 MI AO ANO

O BID Invest, braço do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o setor privado, planeja ampliar o volume de financiamentos em infraestrutura no Brasil para mais de US\$ 500 mi por ano. O aumento do interesse se deve à estimativa de que o país demandará investimentos em infraestrutura de R\$ 145 bi por ano e que o BNDES não terá condições de atender em sua maioria. (Valor Econômico – 06.08.2018)

IBGE: Produção de veículos tem melhor desempenho desde 2009

A alta de 47,1% da fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias de maio para junho foi a segunda maior para o setor da série histórica da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), divulgada nesta pelo IBGE. A variação da medição atual, principal influência positiva para o aumento de 13,1% do total da produção em junho, perde apenas para janeiro de 2009, quando a atividade industrial subiu 54,9%, no contexto de recuperação após a crise financeira de 2008. No primeiro semestre, a produção de veículos também mostra o melhor desempenho entre os 26 ramos pesquisados pelo IBGE, com expansão de 18,3% sobre igual período de 2017, bem acima do crescimento médio do setor (2,3%). Fonte: (Valor Econômico 02.08.2018)



Notícias do Setor

07 de Agosto
de 2018

TCU APROVA MEDIDAS DA ANEEL EM RELAÇÃO A ANGRA 3 E À DEVOLUÇÃO DE RECURSOS À CCC

O Tribunal de Contas da União considerou satisfatórias as medidas adotadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica para reverter os impactos ao consumidor de valores incluídos indevidamente na receita fixa de Angra 3 em 2016, e determinar a devolução pela Eletrobras de R\$ 2,9 bilhões em repasses de recursos da Conta de Consumo de Combustíveis, à Amazonas Distribuidora de Energia. A manifestação do TCU foi uma resposta a pedido de fiscalização de atos da Aneel, feito pelo presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara, Rodrigo Martins.

Além de Angra 3 e do valor pago a mais via CCC, o deputado solicitou ao tribunal uma auditoria para verificar o valor exato e a legitimidade do pagamento de indenizações às transmissoras pelos ativos de transmissão existentes em 31 de maio de 2000. O valor original era calculado em R\$ 62 bilhões. Em relação a esse processo, o TCU informou que há uma auditoria em andamento, cujos resultados serão encaminhados ao Congresso após deliberação do tribunal. Lembrando que a indenização das transmissoras já foram incorporadas nos custos nas Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão, e serão pagas até 2023.

No caso de Angra 3, o valor total incluído na tarifa era em torno de R\$ 1,8 bilhão. O custo foi reconhecido pela Aneel por uma falha de comunicação com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. O encargo não poderia ser cobrado na tarifa, porque a usina nuclear não entrou em operação na data prevista. O valor constava em documento enviado à agência pela CCEE.

A correção foi feita pela Aneel em processo de ajuste extraordinário assim que o erro foi constatado e, segundo o TCU, levou a uma redução entre 5% e 20% em relação à tarifa vigente das distribuidoras, no período de 1º a 30 de abril de 2017. No caso da Amazonas, o ressarcimento foi determinado pela Aneel após fiscalização realizada em outubro de 2016 na gestão da conta CCC. Os efeitos da decisão estão, no entanto, suspensos em razão de liminar obtida pela Eletrobras no Tribunal Regional do Federal da 1ª Região.

Fonte: Canal de Energia (03/08/2018)



Estão abertas as inscrições para a Chamada Pública de Projetos (CPP) 2018 do Programa de Eficiência Energética das distribuidoras da CPFL Energia. No total, CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Santa Cruz, RGE e a RGE Sul irão destinar em conjunto R\$ 63 milhões para viabilizar projetos submetidos por clientes nas classes Industrial, Residencial, Comercial, Poder Público, Serviço Público, Iluminação Pública e Rural. A iniciativa é financiada com recursos do PEE da Aneel e tem como objetivo tornar mais transparente e democrático o processo de decisão dos projetos e obras implantadas pelo programa. O edital da chamada está disponível no site da CPFL, assim como o link para as inscrições. "A ação estimula a participação efetiva dos nossos clientes, os quais terão a oportunidade de propor projetos que serão analisados pela nossa comissão julgadora e, se aprovados, nos ajudarão a promover o consumo consciente de energia em nossa área de atuação", afirmou o gerente de Eficiência Energética da CPFL Energia, Felipe Henrique Zaia. Na Chamada Pública, os projetos selecionados serão 100% pagos pelas concessionárias. (Agência CanalEnergia – 07.08.2018)



Notícias do
Setor

06 de Agosto
de 2018

MUDANÇAS NO ENQUADRAMENTO DE CONSUMIDORES LIVRES COM DEMANDA SUPERIOR A 3.000 kW, CONECTADOS ANTES DE JULHO DE 1995, EM TENSÃO INFERIOR A 69 kV

Após longa espera saiu posição sobre a interpretação da Lei nº 13.360/2016, que trata das mudanças no enquadramento de consumidores livres com mais de 3.000 kW, em tensão inferior a 69kW conectados antes de julho de 1.995.

A partir de janeiro de 2019, todos consumidores com mais de 3.000kW poderão adquirir energia de qualquer fonte, independente de sua data de conexão ao sistema elétrico e nível de tensão.

Veja abaixo a íntegra do comunicado da CCEE emitido no último dia 06:

Em atendimento à Lei nº 13.360/2016*, a partir de 1º de janeiro de 2019 deixará de existir o requisito de tensão para consumidores conectados antes de 07/07/1995, **de modo que passará a ser verificado apenas o requisito de demanda para caracterizar a carga como livre ou especial**, no momento da migração de uma unidade para o Ambiente de Contratação Livre – ACL. Além disso, será facultativa a mudança dos agentes aderidos à Câmara de Comercialização até dezembro de 2018 e enquadrados como consumidores especiais em função da sua tensão, quando conectados antes de julho/1995.

A CCEE está trabalhando nos ajustes necessários em seus sistemas, de modo a melhor atender os agentes que exercerão seu direito de mudança (de especial para livre) e, tão logo identifique todas as medidas, emitirá novo comunicado detalhando os procedimentos operacionais a serem adotados quanto ao perfil, modelagem de ativo(s) e registro de contrato(s) – a alteração não será automática, dependerá de solicitação do agente.

A Câmara de Comercialização informa que aqueles agentes enquadrados na referida lei e que optarem por alterar a classificação da carga para consumidor livre somente poderão registrar contratos de compra de energia convencional no sistema CliqCCEE após a conclusão dos prazos para registro e ajuste de contratos para a contabilização de dezembro/2018, ou seja, a partir de MS+10du, ou 15 de janeiro de 2019 – o que não impede, por outro lado, a negociação e celebração de contratos entre os agentes, ficando apenas seu registro pendente de realização a partir da liberação do CliqCCEE.

Por outro lado, aqueles que desejarem permanecer como consumidor especial e não solicitarem nenhuma alteração, continuarão com seu cadastro na CCEE inalterado – e, portanto, deverão continuar contratando 100% do seu lastro em energia especial.

Em atendimento ao Ofício nº 102/2018-SRM/ANEEL, o agrupamento por submercado permanece como premissa para a elegibilidade da comunhão de interesse de fato ou de direito.

Fonte: CCEE



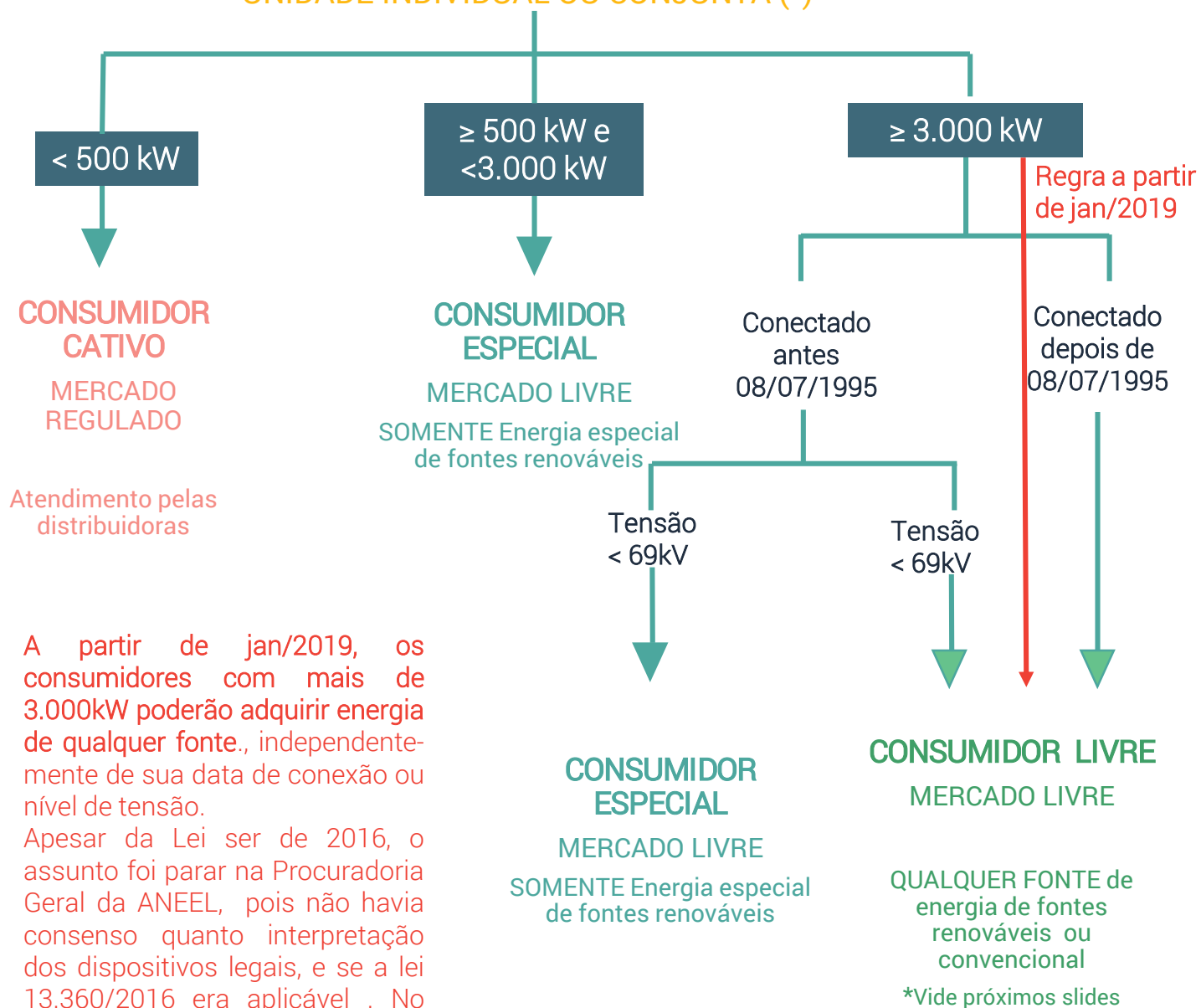
Notícias do
Setor

06 de Agosto
de 2018

MUDANÇAS NO ENQUADRAMENTO DE CONSUMIDORES LIVRES COM DEMANDA SUPERIOR A 3.000 kW, CONECTADOS ANTES DE JULHO DE 1995, EM TENSÃO INFERIOR A 69 kV

DEMANDA CONTRATADA

UNIDADE INDIVIDUAL OU CONJUNTA (*)





Notícias do Setor

03 de Agosto de 2018

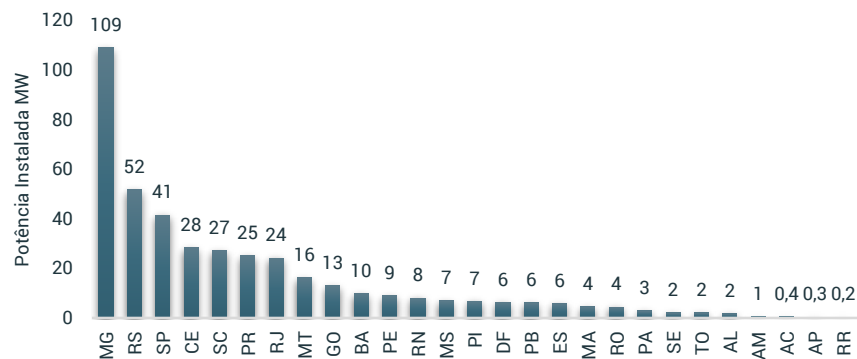
BRASIL ATINGE 300 MW EM GERAÇÃO SOLAR DISTRIBUÍDA

Segundo mapeamento da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), a fonte solar fotovoltaica, baseada na conversão direta da radiação solar em energia elétrica de forma renovável, limpa e sustentável, lidera com folga o segmento de microgeração e minigeração distribuída, com mais de 99,4% das instalações do País. Em números de sistemas instalados, os consumidores residenciais estão no topo da lista, representando 76,9% do total. Em seguida, aparecem as empresas dos setores de comércio e serviços (16,2%), consumidores rurais (3,4%), indústrias (2,5%), poder público (0,8%) e outros tipos, como serviços públicos (0,1%) e iluminação pública (0,02%). De acordo com a entidade, o Brasil possui hoje 32.033 sistemas solares fotovoltaicos conectados à rede, trazendo economia e sustentabilidade ambiental a 38.270 unidades consumidoras, somando mais de R\$ 2,2 bilhões em investimentos acumulados desde 2012, distribuídos ao redor de todas as regiões do país.

Fonte: Canal Energia (12/07/2018)

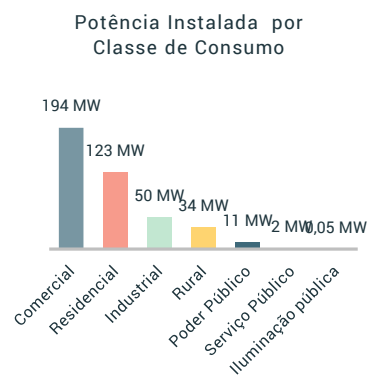
Geração Distribuída (GD) no Sistema Elétrico Nacional

Em termos de potência instalada em Geração distribuída, o estado com o maior capacidade instalada neste tipo de empreendimento é o estado de MG – que foi um dos primeiros estados a aderir a incentivos fiscais para este tipo de iniciativa, e onde o retorno sobre o investimento, é um dos dos mais atrativos em decorrência do valor da Tarifa da CEMIG.

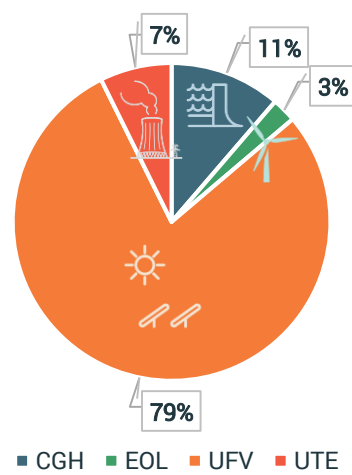


DADOS GERAÇÃO DISTRIBUIDA

Apesar do maior números de sistemas instalados serem no segmento residencial, em termos de potência instalada, a maior capacidade instalada como Geração Distribuída é no setor comercial:



Quanto ao tipo de fonte, os sistemas fotovoltaicos prevalecem, e representam 79% da capacidade instalada em GD segundo dados da ANEEL.





Notícias do Setor

03 de Agosto
de 2018

BOLA DE NEVE: CRESCE INADIMPLÊNCIA NO MERCADO DE CURTO PRAZO

A CCEE informou que a liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo (MCP) movimentou R\$ 2 bilhões dos R\$ 10,2 bilhões contabilizados, configurando uma inadimplência de R\$ 8,2 bilhões, ou 80,4%. Do valor não pago, R\$ 7 bilhões estão relacionados às liminares do déficit de geração das hidrelétricas (GSF). O montante represado pelas decisões judiciais subiu em comparação com a liquidação de maio, quando tinha chegado a R\$ 6,17 bilhões. Isso aconteceu por causa do início do período seco, com aumento dos preços de energia no mercado de curto prazo. O total de R\$ 1,18 bilhão representa outros valores em aberto na operação, sendo que cerca de R\$ 300 milhões são referentes a processos de parcelamento dos débitos e cumprimento de outras decisões judiciais. Os R\$ 850 milhões restantes envolvem a inadimplência considerada real pela CCEE, e a maior parte deste montante é devida pela Ceron, uma das concessionárias da Eletrobras que pode ser privatizada até o fim deste mês. A Ceron, controlada pela Eletrobras, foi responsável pela maior parte dos R\$ 850 milhões da "inadimplência real" apurada na liquidação das operações do mercado de curto prazo de energia de junho. (Valor Econômico – 08.08.2018)

A LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA

A liquidação financeira do mercado de curto prazo representa o acerto de eventuais diferenças entre a energia medida e a contratada pelos agentes que operam no âmbito da CCEE. Os débitos e créditos, apurados pelo processo de contabilização das operações do mercado pela Câmara de Comercialização, são valorados ao PLD, calculado semanalmente.

Assim como no mês passado, Após a operacionalização das decisões judiciais, não houve recurso para efetivar os pagamentos aos agentes que não estão protegidos por decisão.

A operação, realizada pela CCEE, envolveu 6.965 agentes, sendo 503 devedores e 6.462 credores. Fonte: CCEE

Total da
Liquidação

R\$ **10,2** bilhões

R\$ apurado para jun/18

Total da
Inadimplência

R\$ **8,2** bilhões

80,4% de inadimplência

Valor
Movimentando

R\$ **2** bilhões



Notícias do Setor

03 de Agosto
de 2018

PROJEÇÃO DO CUSTO DO GSF DISPARA PARA R\$ 39 BILHÕES

A projeção do impacto financeiro do déficit hidrológico saltou de R\$ 29 bilhões para R\$ 39 bilhões para 2018, indicando que a situação da geração hidrelétrica se tornou ainda mais crítica. A informação é da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e trata-se de uma comparação entre os dados do InfoPLD de julho com os do InfoPLD de agosto, este divulgado em 30 de julho. A divisão por ambiente de contratação sinaliza para um potencial impacto de R\$ 27 bilhões no mercado regulado e R\$ 13 bilhões no mercado livre, contra R\$ 19 bilhões e R\$ 10 milhões da previsão anterior, respectivamente.

A projeção do impacto financeiro do GSF considera um cenário hipotético de 100% de contratação da garantia física das hidrelétricas.

A expectativa para o fator de ajuste do Mecanismos de Realocação de Energia (MRE), em 2018, foi revista para 81%, com índices em 61,2% para julho e 56,3% para agosto. Quando a projeção do MRE é ligada à repactuação do risco hidrológico, que considera a sazonalização “flat” da garantia física, aponta índices de 67,5% e 66,1%, respectivamente.

Contribui para o crescimento do impacto do GSF o aumento da projeção do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), impactado pela piora nas afluições e pelo atraso na entrada em operação de três unidades geradoras da hidrelétrica de Belo Monte (PA- 11.233 MW). A CCEE estima que o PLD médio anual do Sudeste/Centro-Oeste será de R\$ 338/MWh, contra R\$ 286/MWh projetado no início de julho. A variação representa um aumento de R\$ 18,60%.

As projeções de afluições para agosto indicam chuvas abaixo da média histórica para todos os submercados, ficando assim: 68% (SE/CO); 66% (Sul); 37% (NE); e 79% (Norte). No dia 29 de julho, o nível de energia armazenada por reservatório equivalente era: 34,9% (SE/CO); 50% (Sul); 35,2% (NE); e 67,4% (N).

Em janeiro, a CCEE estimava o impacto financeiro do déficit de geração hidrelétrica em R\$ 10 bilhões para 2018 (ACR: R\$ 7 bi / ACL: R\$ 3 bi) e PLD médio anual do Sudeste de R\$ 190/MWh. Fonte: Canal Energia (30/07/2018)

Mercado de energia teme que disputa judicial por risco hidrológico siga até 2019

A disputa judicial entre empresas de energia e o governo sobre regras do “risco hidrológico” na operação de hidrelétricas que hoje envolve 6 bilhões de reais pode se arrastar até 2019, com o risco de o valor mais que dobrar se um projeto de lei que busca solucionar o embate não for aprovado rapidamente no Senado, disseram especialistas à Reuters.

Mesmo uma deliberação rápida no Congresso sobre a matéria, que propõe um acordo pelo qual as elétricas desistiriam das ações judiciais que originaram o conflito em troca de uma compensação, ainda poderia resultar em solução efetiva só na reta final de 2018 ou início de 2019.

Essa perspectiva tem aprofundado o embate judicial, e gerado novas ações, uma vez que a situação deixa grande parte das empresas do mercado de energia sem receber créditos por suas operações, pagos mensalmente pela CCEE, que faz a liquidação financeira das transações. Fonte: Reuters (06/08/2018)



Notícias do
Setor

03 de Agosto
de 2018

PROPOSTA PREVÊ MUDANÇAS NA REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO

Geradores com contratos no ACR poderão alterar a parcela do risco transferida ao consumidor, em troca do pagamento de um prêmio maior

Geradores que repactuaram o risco hidrológico de usinas hidrelétricas a partir de 2016 poderão alterar o produto contratado originalmente, para ajustar a cobertura do risco dos contratos de comercialização de energia no ambiente regulado e reduzir o peso do GSF. A proposta de revisão está em audiência pública de 26 de julho, e ficará aberta a contribuições até 24 de agosto na página da Agência Nacional de Energia Elétrica.

A ideia é permitir aos geradores que negociaram parcialmente o risco de seus empreendimentos e estão mais expostos ao déficit de geração das usinas a transferência de uma parcela maior desse risco ao consumidor. Em troca, eles pagarão um prêmio maior. Segundo a Aneel, 35% dos termos de adesão são de produtos nos quais o gerador ainda tem algum risco alocado aos contratos do ACR. Esses contratos representam 46,2% do montante total repactuado nos últimos anos.

A proposta é de que o agente de geração possa migrar de um produto para outro, por meio da assinatura de um termo aditivo à repactuação original. A solicitação de mudança deverá ser feita até 30 de setembro de cada ano, para vigência a partir de janeiro do ano seguinte, como previsto nas regras atuais. A migração só poderá ser feita a cada dez anos, para que a decisão do gerador não seja influenciada por situações conjunturais, como baixa hidrologia, por exemplo.

A Resolução 684/2015 já prevê a atualização anual dos valores de risco, considerando dados como hidrologia, teto do Preço de Liquidação das Diferenças e variação do IPCA. Com isso, os valores do prêmio têm aumentado nos últimos anos como resultado da hidrologia ruim, mas os percentuais de risco não foram alterados.

Os acordos para a transferência de risco assinados a partir de janeiro de 2016 previam a compensação ao gerador de prejuízos com o déficit de geração das usinas em 2015, por meio da isenção do pagamento do prêmio por determinado período. Para os casos em que não foi possível ressarcir integralmente esse custo, houve o deslocamento do período de outorga pelo tempo remanescente da vigência dos contratos de venda de energia do empreendimento.

Pela proposta em audiência pública, ao alterar o produto repactuado, o gerador vai repassar à Conta Bandeiras a diferença de valor entre o novo prêmio e o prêmio original até o fim do prazo da postergação de pagamento do prêmio. A partir daí, passa a pagar, então, o valor integral do novo prêmio. A ideia é evitar que isso gere a necessidade de uma nova postergação do prazo da outorga.

Atualmente, apenas três geradores pagam o prêmio à conta das bandeiras tarifárias. Em janeiro de 2019, esse número vai aumentar para cinco, enquanto o restante começar a repassar prêmio para a conta entre 2020 e 2025, de acordo com o produto escolhido.

As contribuições documentais à Audiência Pública nº 036/2018 podem ser enviadas pelo e-mail ap036_2018@aneel.gov.br, ou para o endereço ANEEL – SGAN Quadra 603 – Módulo I Térreo/Protocolo Geral, CEP 70.830-110, Brasília/DF.



Notícias do Setor

11 de junho de 2018

Últimos reajustes e revisões tarifárias aprovadas pela Agência Nacional De Energia Elétrica - ANEEL em 2018

Impacto - Classe de Consumo Consumidores cativos						
Distribuidora	UF	Reajuste	Mercado	Consumidores Residências	Baixa Tensão em média tensão	Alta Tensão
LIGHT	RJ	15/03/2018	3,9 milhões de unidades consumidoras	9,35%	9,09%	13,40%
ENEL RJ	RJ	15/03/2018	2,6 milhões de unidades consumidoras	21,44%	21,46%	19,94%
CPFL Paulista	SP	08/04/2018	4,3 milhões de unidades consumidoras	19,84%	20,17%	11,11%
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	MS	08/04/2018	1,0 milhão de unidades consumidoras	10,75%	10,65%	7,91%
Energisa Mato Grosso (EMT)	MT	08/04/2018	1,3 milhão de unidades consumidoras	13,92%	13,98%	5,94%
Energisa Sergipe (ESE)	SE	22/04/2018	762 mil unidades consumidoras	9,78%	9,85%	13,92%
Cia. de Eletricidade do RN Norte – COSERN	RN	22/04/2018	1,4 milhão de unidades consumidoras	14,81%	14,88%	17,47%
RGE Sul	RS	19/04/2018	1,3 milhão de unidades consumidoras	20,96%	21,00%	24,99%
Enel Ceará	CE	22/04/2018	3,4 milhões de unidades consumidoras	3,70%	3,80%	7,96%
Coelba	BA	22/04/2018	5,9 milhões de unidades consumidoras	17,22%	17,27%	16,17%
CEMIG	MG	28/05/2018	8,3 milhões de unidades consumidoras	18,53%	18,63%	35,56%



Notícias do Setor

11 de junho de 2018

Impacto - Classe de Consumo Consumidores cativos

Distribuidora	UF	Reajuste	Mercado	Consumidores Residências	Baixa Tensão em média tensão	Alta Tensão
Eletropaulo	SP	04/07/2018	7,1 milhões de unidades consumidoras	15,08%	15,14%	17,67%
Copel	SP	24/06/2018	4,5 milhões de unidades consumidoras	15,06%	15,13%	17,55%
CELPA	PA	07/08/2018	2,6 milhões de unidades consumidoras	11,78%	11,86%	11,40%
Energisa Sul-Sudeste (ESS)	SP/MG /PR	12/07/2018	772 mil unidades consumidoras	15,55%	15,05%	16,74%
EDP ES	ES	07/08/2018	1,5 milhão de unidades consumidoras	16,30%	16,3%	14,99%

An aerial night photograph of a city, likely São Paulo, showing a dense urban landscape. The image is dominated by tall buildings with glowing windows and some with external lighting. A major road with multiple lanes and traffic is visible, illuminated by streetlights. The overall scene is a vibrant, high-angle view of a bustling city at night.

MATÉRIA ESPECIAL

**REVISÃO DO ORÇAMENTO DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO
ENERGÉTICO – CDE 2018**

Revisão Extraordinária 2018/2019



Revisão Extraordinária das quotas anuais a serem rateadas entre os agentes de transmissão e distribuição de energia, em função da redução da disponibilidade de recursos da Reserva Geral de Reversão – RGR e do aumento dos benefícios tarifários concedidos a consumidores de fontes incentivadas entram em audiência Pública.

Veja a seguir a
motivação da revisão e
os seus impactos.



Notícias do Setor

07 de agosto de 2018

PROPOSTA DE REVISÃO DO ORÇAMENTO DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO – CDE 2018

A proposta de revisão da conta acrescenta R\$ 1,446 bilhão nas quotas anuais a serem pagas pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica.



Em 3/7/2018, a CCEE, gestora da CDE, encaminhou à ANEEL informações sobre os gastos e receitas do fundo no ano de 2018, com previsão de déficit em caixa decorrente da redução da disponibilidade de recursos provenientes da Reserva Global de Reversão (RGR) e principalmente do aumento dos benefícios tarifários concedidos aos consumidores de energia de fontes incentivadas.

A Conta de Desenvolvimento Energético tem por objetivo prover recursos para o custeio de diversas políticas públicas do setor elétrico brasileiro, como a universalização do serviço de energia elétrica em todo território brasileiro, a promoção da competitividade da energia produzida a partir de carvão mineral nacional e de fontes renováveis, a geração de energia em sistemas elétricos isolados e a modicidade da tarifa social de energia elétrica aplicada a consumidores residenciais de baixa renda. Fonte: ANEEL 07/08/2018

A CDE

Instituída pela Lei 10.438/2002, a CDE é um fundo setorial que tem por objetivo prover recursos para o custeio de diversas políticas públicas do setor elétrico brasileiro e possui como principal fonte de receita, as quotas anuais pagas pelos agentes que atendem consumidores finais, cativos e livres, mediante repasse de encargo nas tarifas de uso dos sistemas de distribuição e transmissão de energia elétrica (TUSD e TUST).

Administração da Conta

A partir de 1º de maio de 2017, a CCEE assumiu a gestão dos fundos setoriais CDE, CCC e RGR, em substituição à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.

As contribuições à Audiência Pública nº 037/2018, no período de 8/8/2018 a 28/8/2018 podem ser feitas para o e-mail ap037_2018@aneel.gov.br



Notícias do Setor

07 de Agosto
de 2018

DESPESAS DA CDE DEVEM AUMENTAR EM R\$ 1,446 BI EM 2018



Revisão extraordinária é resultante do aumento dos subsídios tarifários de usuários da rede de distribuição e à prorrogação da operação temporária de distribuidoras

A Agência Nacional de Energia Elétrica deve promover **Revisão Extraordinária** do orçamento anual da Conta de Desenvolvimento Energético de 2018, para acomodar o aumento de R\$ 1,446 bilhão da cota da CDE Uso. Com isso, o valor final das despesas do fundo deve passar esse ano de R\$ 18,843 bilhão para 19,625 bilhão. A proposta ficará em audiência pública de 8 a 28 de agosto

O aumento de custos deve se repassado às tarifas das distribuidoras que ainda passarão por reajustes tarifários esse ano. Para as demais, o valor deverá ser compensado nos processos do ano que vem como componente financeiro.

A revisão prevista para a CDE é resultante do aumento dos descontos tarifários concedidos aos usuários dos serviços de distribuição de energia elétrica, que cresceram especialmente nos últimos meses em consequência da migração para o ambiente livre dos chamados consumidores especiais (carga mínima de 500 kW). Esses consumidores compram energia de fontes incentivadas, que também tem descontos na tarifa de uso da rede das distribuidoras. A prorrogação até dezembro do regime de operação temporária pela Eletrobrás das distribuidoras dos estados de Alagoas, Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e Piauí também reduziu a disponibilidade de recursos da Reserva Global de Reversão, que comporiam a receita da CDE. A conta deixará de receber R\$ 767 milhões da RGR, que devem ser usados para garantir a neutralidade das despesas das distribuidoras, no período adicional de designação.

Houve aumento nos gastos com descontos tarifários na transmissão, na subvenção para cooperativas e no repasse de subsídios ao carvão mineral nacional, mas, segundo a Aneel, esse crescimento, em termos absolutos, tem pouca representatividade nos gastos totais da CDE. Esses valores podem ser compensados por reduções em outras rubricas, como o Programa Luz para Todos, que aplica historicamente valores abaixo do previsto a cada ano.

A proposta da Aneel é de que na revisão do orçamento os repasses mensais de recursos do fundo às transmissoras sejam reduzidos em 35%, para R\$ 328 milhões. Os valores que não forem cobertos pela CDE esse ano serão considerados no orçamento da CDE de 2019.

Até junho desse ano, o orçamento realizado da CDE somou R\$ 9,360 bilhões, e o saldo em conta era de R\$ 9,655 bilhões. Dos mais de R\$ 18 bilhões previstos inicialmente, R\$ 6,944 bilhões referem-se aos descontos tarifários concedidos aos usuários dos serviços de distribuição – geradores e consumidores de fonte incentivada, consumidores rurais, irrigação e aquicultura, água/esgoto/saneamento e distribuidoras de pequeno porte. Desse total, R\$ 4,687 bilhões (67,5%) foram desembolsados de janeiro a julho deste ano.

Fonte: Canal Energia 08/08/2018.



Notícias do Setor

07 de agosto de 2018

Na comparação entre o orçamento da CDE de 2018 aprovado pela ANEEL e os valores realizados até junho de 2018, destacam-se:

- i) a quitação de cerca de 70% dos restos a pagar de 2017;
- ii) a baixa realização das despesas do PLpT e da subvenção às cooperativas;
- iii) a realização a maior dos descontos tarifários na distribuição;
- iv) a não constituição do fundo de reserva; (v)
- v) a baixa realização das transferências de recursos da RGR; e Fl. 5 da Nota Técnica nº 184/2018 – SGT/ANEEL, de 02/08/2018.
- vi) a realização a maior de outras disponibilidades de recurso;

Orçamento Anual da CDE 2018 em R\$ milhão

DESPESAS	2018 Aprovado	Realizado Jan a Jun	Realizado/Orçado	2018 Revisão	Diferença	Variação
Restos a pagar	1.061	733	69%	1.061	0	0%
Universalização - PLpT e Kit Instalação	1.172	423	36%	1.172	0	0%
Tarifa Social - Baixa Renda	2.440	1.206	49%	2.440	0	0%
Carvão Mineral Nacional	752	370	49%	752	0	0%
CCC - Sistemas Isolados	5.346	2.418	45%	5.346	0	0%
Descontos Tarifários na Distribuição	6.944	3.941	57%	8.362	1.418	20%
Descontos Tarifários na Transmissão	503	229	46%	328	-175	-35%
Subvenção Cooperativas	155	37	24%	155	0	0%
CAFT CCEE	9	4	48%	9	0	0%
Reserva Técnica	460	0	0%	0	-460	-100%
Total	18.843	9.360	50%	19.625	783	4%
RECEITAS						
Saldo em Conta	0	13	-	0	0	-
UBP	672	332	49%	672	0	0%
Multas	214	111	52%	214	0	0%
Recursos da União	0	0	-	0	0	-
Recursos da RGR	1.307	329	25%	541	-767	-59%
Outras disponibilidades	631	473	75%	734	103	16%
Quotas CDE - ENERGIA	3.796	1.896	50%	3.796	0	0%
Quotas CDE - Uso	12.223	6.500	53%	13.670	1.446	12%
Total	18.843	9.655	51%	19.625	783	4%



Notícias do Setor

07 de agosto de 2018

Orçamento Anual da CDE 2018

Com relação à proposta de revisão destacam-se os seguintes pontos:

(i) O aumento da previsão de gastos com a compensação de descontos tarifários na distribuição, em 20%, em função do reajuste médio das tarifas em 14,96% e da migração de consumidores especiais para o mercado livre, que são beneficiários dos descontos nas tarifas de transporte proporcionais à energia comprada de fontes incentivadas;

(ii) A redução dos gastos com a compensação de descontos tarifários na transmissão, em 35%, em função da estimativa de superávit de arrecadação da RAP;

(iii) A não formação da reserva técnica em 2018, em função da necessidade de revisão do orçamento da CDE;

(iv) A redução da disponibilidade de recursos da RGR a serem transferidos para a CDE em 2018, em 59%, em função da prorrogação dos empréstimos às distribuidoras designadas e da correção da estimativa de recebimentos de recursos provenientes da amortização financiamentos concedidos;

(v) Aumento das outras disponibilidades de recursos, em 16%, decorrente da atuação da CCEE em recuperar receitas ao fundo por meio da renegociação de dívidas dos agentes devedores;

(vi) O aumento das quotas CDE-USO,



Orçamento Anual da CDE 2018 em R\$ milhão



Parecer ANEEL:

Tendo em vista a redução da disponibilidade de recursos provenientes da RGR e o aumento dos gastos do fundo com a compensação de descontos tarifários concedidos aos consumidores de fontes incentivadas, bem como as análises da Nota Técnica, conclui-se pela revisão do orçamento anual da CDE de 2018 para o total de gastos de R\$ 19,625 bilhões e quotas anuais CDE USO de R\$ 13,670 bilhões. 81. Com essa revisão, os custos unitários da CDE de 2018, definidos em R\$/MWh, para as diferentes regiões e níveis de tensão, são apresentados na tabela abaixo.

SUBMERCADO	NÍVEL DE TENSÃO	QUOTAS 2018 R\$/MWh	QUOTAS REVISÃO R\$/MWh	VARIAÇÃO %
N NE	AT	8,38	9,43	12,50%
	MT	9,26	10,43	
	BT	9,86	11,09	
S SE/CO	AT	30,58	34,41	12,50%
	MT	33,82	38,06	
	BT	35,97	40,48	

A revisão das quotas anuais CDE USO de 2018 será rateada entre as concessionárias de distribuição, observando os custos unitários e o mesmo mercado considerado no orçamento aprovado pela REH nº 2.358/2017



PRÓXIMOS EVENTOS

A 84
254

PRÓXIMOS EVENTOS - CCEE

AGENDA AGOSTO 2018



06

Débito da Liquidação
Financeira do MCP
jun/18 (MS+26du)

07

Crédito da Liquidação
Financeira do MCP
jun/18 (MS+27du)

08

Data **limite de Registro**
de CCEAL/CBR e de
Cessão de Montantes
jul/18 (MS+6du até as
20h00)

09

Data **limite de**
Validação de Registro
de CCEAL/CBR e de
Cessão de Montantes
jul/18 (MS+7du até as
20h00)

10

Data **limite de Ajuste**
de CCEAL/CBR e de
Cessão de Montantes
jul/18 (MS+8du até as
20h00)

13

Data **limite de**
Validação de Ajuste de
CCEAL/CBR e de
Cessão de Montantes
jul/18 (MS+9du até as
20h00))

16

Data limite para
divulgação dos valores
de garantias
financeiras a serem
aportados jul/18
(MS+12du)

17

Data limite para
divulgação da
Apuração de
Penalidades de
Energia jun/18
(MS+35du)

21

Data **limite para o**
aporte das garantias
financeiras (exceto
para agentes de
distribuição) jul/18
(MS+15du)

23

Débito da Liquidação
Financeira da Energia
de Reserva jul/18 (Y)

28

Data limite para
pagamento da
contribuição
associativa ago/18
(M+20du)

29

Data limite para
disponibilizar os
Relatórios do
Processamento da
Contabilização jul/18
(MS+21du)

PRÓXIMOS EVENTOS

REAJUSTES



Reajuste: CELESC



Reajuste: ELEKTRO



Reajuste: EPB - Energisa Paraíba- Distribuição de Energia S.A



Reajuste: CEMAR- Companhia Energética do Maranhão



ELECTRIC

CONSULTORIA PARA O SETOR ELÉTRICO